



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Apresentação: 14/08/2019 22:15

RIC n.1033/2019

Requer ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional informações sobre ações de inteligência em face de atividades de movimentos populares, como aqueles ligados às diversas confissões religiosas, de mulheres, de negros e negras, de estudantes e professores, de trabalhadores e trabalhadoras, de povos indígenas, de comunidades tradicionais, da população LGBTQ, de catadores de material reciclável, de pessoas em situação de rua, de servidores públicos, entre outros.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**, pedido de informações sobre as seguintes questões:

- 1) A Agência Brasileira de Inteligência ou outros servidores desta pasta exerceram atividades de monitoramento, acompanhamento, interceptação telefônica, infiltração, vistoria, blitz direcionada a movimentos populares, como aqueles ligados às diversas confissões religiosas, de mulheres, de negros e negras, de estudantes e professores, de trabalhadores e trabalhadoras, de povos indígenas, de comunidades tradicionais, da população LGBTQ, de catadores de material reciclável, de pessoas em

situação de rua, de servidores públicos, entre outros, durante o ano de 2019? Quais foram essas atividades, em que locais e datas ocorreram? Quem ordenou essas atividades? Qual o fundamento jurídico para a realização dessas atividades? Encaminhar os relatórios produzidos pelos órgãos mencionados que envolvam a ação dos movimentos mencionados.

- 2) Quais foram as atividades realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência ou outros servidores desta pasta com alguma relação com as mobilizações populares realizadas na semana de 12 a 16 de agosto na Esplanada dos Ministérios, principalmente, com a Marcha das Mulheres Indígenas, a Marcha das Margaridas 2019 e a mobilização de estudantes e professores? Encaminhar os respectivos relatórios.
- 3) Especificamente em relação à Marcha das Mulheres indígenas, e à Marcha das Margaridas 2019, ocorrida no dia 14 de agosto de 2019, ocorrida no dia 13 de agosto de 2019, quais foram as atividades de monitoramento, acompanhamento, interceptação telefônica, infiltração, vistoria, blitz, entre outras atividades realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência ou outros servidores desta pasta do dia 10 ao dia 18 de agosto de 2019?
- 4) Quais são os critérios que o Ministério utiliza para definir os movimentos populares que serão objeto de atividades de inteligência?
- 5) Caso essas informações estejam classificadas como sigilosas, indicar o endereço eletrônico onde consta o rol de informações classificadas no qual elas estão incluídas, bem como cópia do extrato, ambos exigidos pelo art. 30 da Lei de Acesso a Informações, além da informação sobre quem classificou as referidas informações e o seu prazo de sigilo.

JUSTIFICATIVA

A folha de São Paulo divulgou no dia 14/08/2019 que o Subtenente César Fonteles, da Polícia Militar do Estado do Ceará, foi flagrado no dia 12 de agosto, a serviço da Força Nacional de Segurança Pública, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, espionando as organizadoras da Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília.

De acordo com a matéria, o policial fotografou e filmou líderes do movimento ao longo da semana em que ele foi realizado.

De acordo com a matéria o policial acompanhou à paisana o movimento na ocupação do prédio da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Índigena) do Ministério da Saúde e na audiência que as organizadoras da

Marcha tiveram no Supremo Tribunal Federal com a Ministra Cármem Lúcia, ocasiões em que teria sido filmado e fotografado.

Flagrado pelas organizadoras no Ministério da Saúde, o policial deixou o local rapidamente. No STF, fotografou e filmou as organizadoras do evento por uma parede de vidro.

Ao ser abordado pelo jornalista, o policial se identificou e disse que estava a serviço da Força Nacional de Segurança Pública e afirmou:

"A gente está acompanhando a questão dos movimentos sociais, e dos indígenas, a gente está monitorando a situação deles. Desde a situação deles lá no Sesai, no Ministério da Saúde e aqui [no Supremo] também. [...] A Força faz esse trabalho de acompanhar os movimentos sociais, tudo o que acontece ao redor."

Ainda segundo o policial disse ao jornalista:

"As informações nós encaminhamos para a Força, para o nosso chefe na Força. Tem o trabalho ostensivo e tem o nosso também, de acompanhar a situação, por uma questão de segurança, prevenção, [para que] se antecipe a problemas. Para que não haja badernas, nem pessoal na questão de destruir o patrimônio. Então a gente faz isso, informa, e faz toda a prevenção à segurança dos senhores [jornalistas], de todo mundo."

Conforme a matéria, o policial também reconheceu que fez imagens "do local" de organização e realização da Marcha das Mulheres Indígenas e disse que há outras agências realizando o mesmo trabalho que ele nas manifestações.

Por fim, a matéria aponta que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de nota, confirmou que autorizou "atividade de inteligência" sobre a Marcha das Mulheres Indígenas.

Diante dos fatos divulgados, solicitamos as devidas respostas às questões acima para compreender a amplitude das atividades realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência ou outros servidores desta pasta para monitoramento dos movimentos sociais, como os movimentos de comunidades eclesiás, de mulheres, de negros e negras, de estudantes e professores, de trabalhadores e trabalhadoras, de povos indígenas, de comunidades tradicionais, da população LGBTQ, de catadores de material reciclável, de pessoas em situação de rua, de servidores públicos, entre outros, de maneira a trazer essas atividades à luz, possibilitando o exercício do controle social e institucional assegurados constitucionalmente e inerentes a qualquer Estado Democrático de Direito.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP